



Estado do Rio Grande do Sul
Câmara Municipal de Vereadores Normando Baldissarelli
Ronda Alta - RS

AUTÓGRAFO Nº. 034-2018

Ref. ao Projeto de Lei do Executivo nº. 036-2018.

Autoriza o Poder Executivo a firmar convênio de concessão de uso de bem particular com a Mitra Diocesana de Passo Fundo - Salão Comunitário da Linha Seca, para uso em atividades de interesse público.

O vereador José Fontana, presidente da Câmara Municipal de Ronda Alta, Estado do Rio Grande do Sul, no uso de suas atribuições legais, faz saber que este Poder Legislativo aprovou o seguinte

PROJETO DE LEI:

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a firmar convênio com a Mitra Diocesana de Passo Fundo, na modalidade de Concessão de Bem Particular, mediante Termo de Comodato a ser firmado entre as partes, cuja finalidade é o repasse para o Município, por até 25 anos, para uso em atividades e eventos de interesse da coletividade, do Salão Comunitário localizado na Linha Seca.

Parágrafo único. Desde já resta consignada a obrigatoriedade de que a contratação inicial deverá ser pelo período mínimo de 5 (cinco) anos, podendo ser prorrogada sucessivamente, mediante a formalização dos respectivos termos de aditamento.

Art. 2º O convênio de que trata esta Lei se dará a título gratuito, ou seja, sem ônus para o Município, exceto quanto a sua responsabilidade pelos pagamentos das despesas de água, luz e manutenção; bem assim, ainda, quanto a possibilidade de serem realizados investimentos de melhorias, contratação de seguro e adequações que se fizerem necessários no referido imóvel, com vistas a adequá-lo aos interesses e finalidades das atividades que serão desenvolvidas, ao que fica desde já autorizado o Município a assim proceder, mediante o uso de verbas de dotação própria.



Estado do Rio Grande do Sul
Câmara Municipal de Vereadores Normando Baldissarelli
Ronda Alta - RS

Parágrafo único. Para fins de investimentos que se fizerem necessários, é obrigatória prévia realização de estudo, projeto técnico e da viabilidade econômica, devendo se proceder sempre observando as normas da Lei 8.666/93.

Art. 3º A finalidade do uso do referido imóvel deverá sempre estar vinculada ao interesse público, em especial, das atividades desenvolvidas pelo Município através de suas secretarias, ficando, todavia, ressalvada a possibilidade de utilização do bem, também para os interesses da comunidade local, em atividades de interesse daquela sociedade, mediante o devido ajustamento com a Administração Pública, e ressarcimentos dos respectivos custos de seu uso.

Art. 4º Resta facultado ao Município, sempre atendendo ao interesse público, o direito de rescindir o objeto constante desta Lei, o que deverá ser feito com comunicação prévia e formal, com no mínimo 180 (cento e oitenta) dias da data de seu término.

Art. 5º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

**Gabinete do presidente da Câmara Municipal de
Vereadores de Ronda Alta, 19 de dezembro de 2018.**

José Fontana
Presidente